

BOLETIM INFORMATIVO DO LABORATÓRIO DE ENSINO DE HISTÓRIA



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA /DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

ANO 4 - Nº 13 - junho de 1998

EDITORIAL

O Laboratório de Ensino de História da UEL está servindo de estímulo para que outras Universidades criem espaços para integração entre os três níveis de Ensino. A UNICENTRO - Universidade do Centro Oeste, está dando os primeiros passos na implantação do Núcleo de Apoio ao Professor de História de 1º e 2º graus. No dia 30 de maio o Departamento de Humanidades através do Colegiado de História promoveu o I Encontro Regional de Professores de História, no qual a Coordenadora do Laboratório de Ensino foi convidada para participar do lançamento do Núcleo e para realizar a conferência de encerramento do Evento. Iniciativas como esta valorizam nosso trabalho ao demonstrarem o alcance das propostas e a certeza que este é o caminho para o diálogo entre os professores de 1º, 2º e 3º graus.

Iniciou-se no dia 15.05 na APP/Sindicato-Londrina, o Ciclo de Conferências e Debates - "Globalização e Ensino", promovido pela APP-Sindicato e o Laboratório de Ensino de História. As conferências e debates irão ocorrer ao longo do ano, sempre aos sábados em datas previamente marcadas e divulgadas. O próximo debate ocorrerá no dia 27.06 e o tema será "Estado e globalização", tendo o Profº André Joanilho como apresentador e coordenador dos trabalhos. Compareça, enriqueça os debates com sua participação. Os professores participantes terão direito a certificados com a carga horária do Evento. Informe-se na APP-Sindicato Londrina.

O Laboratório de Ensino já está com página na Internet, anote o endereço: <http://www.uel.br/uel/clch/irch/labhis/index.html>

Consulte nossa página e mande seu recado através do e-mail: labhis@npd.uel.br. Estamos esperando.

Profª Marlene Cainelli
Coordenadora do Laboratório de Ensino de História

NESTE NÚMERO

CULTURA, MEMÓRIA E GLOBALIZAÇÃO

A POLÍTICA DA SECA

CINEMA E HISTÓRIA :
PRIMEIRO CONTATO: O INÍCIO DE UM NOVO
MUNDO I

CRIATIVIDADE EM HISTÓRIA I

BRASIL: 500 ANOS? BRASIL?

ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO DO HISTORIADOR NA
PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO-
AMBIENTAL.

RESENHA



AGENDA

UM DIA COM MONTEIRO LOBATO

PROMOÇÃO: IEIJ - Instituto de Educação
Infanto Juvenil

LOCAL: IEIJ- Rua Bélgica, 926 - Londrina

HORÁRIO: 09:00 a 18:00 hs

Evento com palestras e mini-cursos para
professores; oficinas de arte para lunos;
apresentação de teatro, coral, fantoches

Inscrições gratuitas - vagas limitadas

INFORMAÇÕES 043-326 - 1712 c/ Inês

CICLO DE CONFERÊNCIAS E DEBATES "ENSINO DE GLOBALIZAÇÃO"

DATA: MAIO A NOVEMBRO DE 1998

LOCAL: SEDE DA APP- Sindicato Londrina

Próximo tema: "Estado e Globalização"

Prof. André Joanilho - DATA: 27.06.98

horário: 8:30 hs

I JORNADA DE ESTUDOS ANTIGOS E MEDIEVAIS

DATA: 26.06 - 9:00 às 12:00 e 14:00 às 17:00 hs
LOCAL: Sala de Vide do CAIC, Campus Sede da
UEM-Universidade Estadual de Maringá

III ENCONTRO NACIONAL PERSPECTIVAS DO ENSINO DE HISTÓRIA

DATA: 20 a 23.07.98
LOCAL: Universidade Federal do Paraná/Curitiba-PR
(Prédio da Reitoria)

I CONGRESSO PAULISTA DE EDUCAÇÃO INFANTIL - I CODEPIT

DATA: 20 A 23 DE OUTUBRO DE 1998
LOCAL: Centro de Convenções Monte Real, Águas
de Lindóia-SP



CULTURA, MEMÓRIA E GLOBALIZAÇÃO

Prof. Dr. Gilmar Arruda

Professor de História do Brasil/Uel
e-mail: garruda@npd.uel.br

Continuo neste artigo a desenvolver algumas reflexões sobre o fenômeno chamado de globalização. No Boletim nº 12, abordei alguns mitos correntes do ponto de vista da economia e também da difusão da informática. Agora pretendo abordar a questão do ponto de vista da relação "cultura, memória e globalização".

Para relembrar, as características da globalização seriam o desenvolvimento das tecnologias de comunicação via satélite, a mundialização da economia, a intensa circulação dos "jet-modernos", como foram chamados esta nova burocracia internacional das agências internacionais e empresas públicas ou privadas, a criação de novas "region states", lugares preferidos pelo capital, não importando a localização na terra, desde que se ofereçam muitos benefícios, (como parece ser o caso do

do Estado do Paraná e sua política de atrair investimentos multinacionais).

Mas as consequências mais funestas a longo prazo parecem estar no campo da cultura, do desmantelamento quase que completo de antigas formas de produzir, pensar e sentir em determinados territórios invadidos pelas novas ondas - sejam magnéticas ou econômicas, em uma palavra, da diversidade, da pluralidade humana.

Conforme nos ensinou Hannah Arendt: "A cultura, palavra e o conceito - é de origem romana. A palavra "cultura" origina-se de *colere* - cultivar, habitar, tomar conta, criar e preservar - e relaciona-se essencialmente com o trato do homem com a natureza, no sentido do amanho e da preservação da natureza até que ela se torne adequada à habitação humana. Como tal, a palavra indica uma atitude de carinhoso cuidado e se coloca em aguda oposição a todo esforço de sujeitar a natureza à dominação do homem."(ARENDT, 1988: 265).

Embora, no período moderno e, num certo sentido comum, foi vista como ilustração, como arte e até, afetação, gostaria de reter aqui a relação entre a cultura e a terra, o espaço, o território, o lugar em que vivemos, mencionado por Arendt e também, a relação entre cultura e memória.

De alguma forma, e não é importante saber como, a relação entre transmissão da cultura, entendida como a nossa herança cultural preservada através da memória coletiva - seja ela oral ou não - e a sobrevivência do espaço real onde ela foi gestada manteve-se. É sintomático que o surgimento das "culturas nacionais" ou de outra forma, dos movimentos de afirmação de identidades culturais foram contemporâneos do surgimento e afirmação dos estados-nacionais e de seus territórios. A ligação entre a cultura e a terra manteve-se.

A globalização, no sentido de mundialização dos mecanismos econômicos, das estratégias de alocação de recursos e investimentos, tanto produtivos como especulativos, esta provocando uma ruptura, embora não com o mesmo sentido em todas as latitudes, dos antigos territórios nacionais e sua forma política os Estados-nacionais.

Decisões tomadas em um outro lugar do mundo simplesmente fazem desaparecer culturas, modos de vida, relação com a natureza, etc secularmente preservadas. Embora, como diz Hobsbawm,(1995) deveríamos pensar que talvez os subsídios aos agricultores ou a defesa da produção cultural nacional não seja apenas ecos antigos de um nacionalismo fora do contexto mas

sim parte de uma certa percepção que algumas esferas do social deveriam ser colocadas longe e a salvo da ótica de valorização monetária, como forma de preservação das culturas.

A desintegração de espaços tradicionais, de formas de sociabilidade pelos efeitos da mundialização da economia, que só admite a valorização dos objetos pela ótica monetária, coloca em risco as identidades construídas e mantidas pela permanência do espaço que permitiu seu surgimento.

O que podemos dizer é que a sociedade informática, ou sociedade tecnológica, ou sociedade de consumidores, destrói e anula as formas de valorização dos objetos humanos, reduzindo tudo a uma questão de otimização de custos e lucros. A cultura, a memória coletiva, as identidades tornam-se antes de tudo objetos de consumo, de moda. A desintegração dos espaços, das regiões socialmente vividas, a imposição de consumo obrigatório baseado em modelos importados, desarticulam os elementos de identificação, da memória e, portanto, da cultura.

A memória não sobrevive se o seu suporte material for destruído, se sua forma concreta de ser evocada no presente, não mais existir. Se os objetos que nos ligam ao passado e articulam a nossa permanência no mundo, como continuadores de uma tradição, desaparecem ou se tornam objetos de simples consumo, a própria cultura também desaparecerá.

A memória, como uma ligação essencial entre o nosso presente e o passado, que informa e é informada pelo nossos atos contemporâneos, enraizada no universo do simbólico e do material a nossa volta, que não se resume a interpretação do passado mas cria o sentido do presente e as expectativas do futuro, que permite-nos reconhecer e sermos reconhecidos como iguais ou diferentes, como da terra ou estrangeiro; que dá a espessura para a noção do tempo e do espaço. Pode ser percebida nas narrativas que enunciam a passagem do tempo e da experiência que os indivíduos tiveram e retiveram desta passagem, da percepção mesmo que o tempo muda e não é igual, enraíza-se e pode ser evocada a partir dos objetos que nos circundam.

Se os objetos produzidos pelo *homo-faber*, são feitos para durarem e dar permanência do artifício humano na terra, são os desgastes que eles assumem com o passar do tempo que mostram o contínuo desenrolar do fio da história. São as marcas produzidas pelo esforço repetido do seu uso, são as bordas suavemente arredondados das ferramentas, desgastadas pelo contínuo trabalho do profissional; estão nas

tampas das gavetas daquele velho móvel no canto da sala, indicando que ela foi aberta milhares de vezes em busca de alguma coisa; podem ser vistas nas pedras desgastadas das calçadas resultado do caminhar de homens por longo tempo; encontram-se nos remendos da roupa de trabalho, sinal do desgaste e esforço do homem que a veste; são as árvores plantadas em substituição às antigas e gigantescas espécies da época da abertura; é o riacho que era piscoso, a estrada construída no lugar de um morro, uma lagoa aterrada, etc.

A memória enraíza-se no espaço que nos circunda, na terra, nos objetos que usamos e permitem a sua evocação. Os que tiveram contato com o objeto lembram-se dele, podem narrar sua trajetória, seu formato, como foi feito, onde foi usado, para que serve. Mas aqueles que não o manusearam ou não vivenciaram sua elaboração podem partilhar a memória através da narrativa, das trocas: a memória é social mas são os indivíduos que lembram e a tornam social, no falar e contar suas experiências.

Mas a globalização, no seu aspecto mais visível, o enorme crescimento da velocidade e quantidade de informações que colocou em circulação, obscurece, rompe com os mecanismos que permitiam a manutenção dos mecanismos da memória coletiva, a ligação com a terra e com os objetos humanos.

O que hoje nos informa o sentido de longe ou perto, breve ou demorado, não são mais os elementos do entorno e do nosso fazer cotidiano. Quem nos dita hoje a percepção do tempo e do espaço são os meios de comunicação. Mesmo morando em pequenas cidades do interior, os homens sentem-se como não mais tivessem tempo, os brinquedos das crianças não foram produzidos por alguém conhecido, ou por meios conhecidos. Eles vêm de um lugar chamado China, talvez seja por isso que possuem tão pouco valor simbólico e pereçam com tanta facilidade na vida das crianças. Não reconhecemos nestes objetos produzidos por mãos e em lugares que não conhecemos, os valores da manutenção da memória e da cultura.

O sentido da permanência que os objetos humanos dão ao mundo em nosso entorno esgarça-se. Onde mesmo fica a China?

Noutro sentido, esta mundialização, ao provocar o rompimento com as tradições locais leva também a perda do sentido de passado. Como disse HOBBSAWM, (1995: 13) "A destruição do passado - ou melhor, dos mecanismos sociais que vinculam nossa experiência pessoal às das gerações passadas - é um dos fenômenos mais característicos e

lúgubres do final do século XX. Quase todos os jovens de hoje crescem numa espécie de presente contínuo, sem qualquer relação orgânica com o passado público da época em que vivem. Por isso os historiadores, cujo ofício é lembrar o que os outros esquecem, tornam-se mais importantes que nunca no fim do segundo milênio."

Estas são em linhas gerais as consequências da informática e da globalização, com mitos ou sem eles, resultados perceptíveis nos "shoppings", nas "expressões" em inglês, que se tornam correntes entre nossa juventude, a desvalorização dos elementos que compõem nossas identidades, como a natureza artificial dos cigarros Marlboro, os carros importados, a tentativa de sermos iguais aos gringos, etc, etc.

Esta perda é consequência direta da "sociedade tecnológica" que não se importa mais com as características especificamente humana dos humanos, aquilo que nos diferenciava dos animais e dos deuses, a nossa capacidade de ter criado um mundo em que podíamos através do discurso e da ação produzir a história. Neste mundo era possível descobrir e manter uma das características fundamentais da condição humana, a pluralidade.

A pluralidade sempre foi garantida pela natalidade, pelo fato de cada ser novo que vem a esse mundo é algo completamente novo e diferente do que jamais existiu ou existirá. É exatamente isto que nos dá esperança, como diz Arendt:(1983: 187)

"O novo sempre acontece à revelia da esmagadora força das leis estatísticas e de sua probabilidade que, para fins práticos e cotidianos, equivale à certeza; assim, o novo sempre surge sob o disfarce do milagre. O fato de que o homem é capaz de agir significa que se pode esperar dele o inesperado, que ele é capaz de realizar o infinitamente improvável. E isto, por sua vez, só é possível porque cada homem é singular, de sorte que, a cada nascimento, vem ao mundo algo singularmente novo."

BIBLIOGRAFIA CITADA

ARENDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro* SP: Perspectiva, 1988.

_____. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1983

HOBSBAWM, Eric. *A era dos extremos: o breve século XX -1914-1991*. São Paulo: Cias das Letras, 1995.



A POLÍTICA DA SECA

Prof. Claudiomar dos Reis Gonçalves

Professor de História Antiga/Uel

e-mail: crgclau@npd.uel.br

Em boletins anteriores procuramos demonstrar, através de pequenas análises e sugestões, como poderíamos trabalhar o tema "Seca Nordestina" utilizando-nos, para tanto, da produção musical, literária e visual, criadas por autores, poetas e escritores, os quais elegeram tal tema como objeto de inspiração artística. No entanto, a inflexão artística proposta possui suas limitações.

Como sair do âmbito da interpretação literária, musical e visual até chegarmos a uma elaboração da seca enquanto representação social e política? Em outras palavras: como desvencilhar a seca (fato concreto), da seca elaborada, apropriada e recriada pelo discurso artístico e científico? Mais além: como nos desvencilhar da comoção estética criada pelos discursos; pela catarse que nos leva à identificação com aquele que é alvo da tragédia da seca e que, agindo sobre nossas emoções, entorpece e redireciona nosso senso crítico resumindo-o e rebaixando-o ao sentimentalismo cristão e comiseração gratuita?

Na tentativa de estabelecer uma crítica às propostas apresentadas nos boletins nº 9 e nº 11, pretendo retomar uma das obras que, dado o seu caráter literário e pela importância de seu autor, em muito contribuiu com uma certa representação da seca nordestina; refiro-me à obra de Graciliano Ramos: *Vidas Secas*.

Na verdade, as reflexões que se seguem, pertencem ao Professor Antônio Jorge Siqueira (do Departamento de Ciências Sociais do CFCH dos cursos de doutorado e mestrado em História e Ciência Política da UFPE), e se encontram em um artigo publicado na Revista Brasileira de História¹.

Neste artigo, o Prof. Siqueira procura redefinir uma representação que vigorou (e ainda vigora), durante um longo período da história da literatura nacional. Nesta interpretação a seca seria o personagem principal de *Vidas Secas*, sendo que o restante dos personagens,

¹ SIQUEIRA, Antônio Jorge. "O Direito da Fala (Violência e Política em Vidas Secas)". *Revista Brasileira de História. Política & Cultura*. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, v. 12, n. 23/24, 1991/92, pp. 91-98.

em particular Fabiano, viveriam em "um estado de brutal degradação"(p. 94), ou como diria o próprio Fabiano: "- Você é um bicho, Fabiano". Assim, se até recentemente essa "animalização" do ser humano, esse embrutecimento e, por outro lado, a "humanização" da seca, pareciam apontar para uma leitura de caráter homogêneo entre muitos especialistas, caberia, segundo Siqueira, colocar um questionamento de outra ordem à obra de Graciliano Ramos: este "...seria o olhar único e definitivo que plasma sua sensibilidade estética-ficcional?"

Para Siqueira, quatro elementos apontam negativamente para esta questão: (1) o senso crítico do herói Fabiano aponta a possibilidade de fuga deste "cenário de suprema degradação e violência"; (2) Graciliano Ramos não poderia ter permanecido apático frente à condição de miséria em que vivia a maioria da população (afinal, "O cenário das secas, tanto social quanto climático, é histórico e real"); (3) estudiosos como Antônio Cândido, Alfredo Bosi, entre outros, encontram dificuldade de vincular as influências recebidas pelo autor, tanto do Regionalismo quanto do Modernismo - este seria "um profundo pessimista, materialista, realista e, simultaneamente, crítico. Critica esta que o evento da revolução de 30, no Brasil, galvanizou contra os vícios políticos, econômicos e sociais da cultura e do imaginário oligárquico de nossas elites"(p.96); (4) por fim, a aguda percepção de Graciliano quanto ao fenômeno do coronelismo - "...para Graciliano a tragédia da seca é o próprio homem com a prepotência do seu mando e o imaginário egocêntrico do seu patrimonialismo"(idem).

O que Siqueira aponta como fundamento da obra é, na verdade, a **palavra**: a expressa e a silenciada. Essa elite senhorial se manteria e se perpetuaria no poder através da mistificação do discurso. Ora, então porque um cenário tão violento? Caberia retomar a análise proposta no texto de Siqueira: "Restaria dizer, finalmente, que a violência da privação da palavra, a prática efetiva do poder, tal como na vigência do coronelismo sertanejo (...) é e continua sendo o grande entrave à vigência da cidadania, na região nordeste e no país, como um todo"(p. 97). Qual seria, portanto, o fundamento desse poder? Siqueira responde utilizando-se das reflexões de Claude Lefort: o discurso do poder "...basta a si mesmo, ignora toda fala que esteja fora de sua órbita. Este poder decide, outorga; sempre arbitrário não se cansa de selecionar entre

aqueles para quem concede o benefício de suas leis daqueles que exclui".²

Mas e a seca? Nesta mesma direção, caminham as reflexões do professor Durval Muniz de Albuquerque Júnior (da Universidade Federal da Paraíba). De acordo com o prof. Muniz, a seca, para os coronéis do sertão nordestino, "...não só é percebida, como é transformada no "cavalo de batalha" de uma elite necessitada de argumentos fortes, para continuar exigindo seu quinhão, na partilha dos benefícios econômicos e dos postos políticos em âmbito nacional". Mais que a seca real, o discurso da seca e sua constante reinvenção por parte das elites políticas "são as condições necessárias para perpetuar a sua exploração e dominação"³.

Finalizando, é no intuito de refletir sobre esses audio-visuais, sobre a literatura em geral, enfim, sobre essas "fontes" de estudo e sua natureza, que devemos nos centrar; ou seja, na análise e crítica destas diferentes evidências discursivas e no seu efeito sobre nossos sentidos. Mais do que nunca, o diálogo com outros colegas é necessário e a interdisciplinaridade pode ser mais que um mero discurso pedagógico para encobrir nossa incapacidade de ouvir um outro. Como bem ressaltou o professor Antônio Jorge Siqueira: "Caçar a palavra dos que se sentem aptos a falar é grave. Muito mais grave e violento é não se aperceber da existência de um poder que sequer habilita os homens a falar, reduzindo-os à mudez do exercício da política e, na esteira disto, ao silêncio dos seus sentimentos e afetos".



CINEMA E HISTÓRIA

PRIMEIRO CONTATO: O INÍCIO DE UM NOVO MUNDO I

Prof. José Miguel Arias Neto

Professor de História da América/UFL
e-mail: miguel@sercomtel.com.br

"Somos os borgs: retirem suas defesas e entreguem suas naves. Vamos assimilar suas características biológicas e tecnológicas às

² LEFORT, Claude. *Pensando o Político: ensaios sobre democracia, política e liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991. Apud SIQUEIRA, op. cit., p. 98.

³ ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. "Palavras que calcinam, palavras que dominam: a invenção da seca no Nordeste". *Revista Brasileira de História. Espaço Plural*. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, v. 15, n. 28, 1995, pp. 111-120.

nossas. Sua cultura se adaptará para servir a nós. É inútil resistir!"

Assim ouvia o capitão Jean-Luc Picard da nave estelar *Enterprise-E* enquanto os borgs (que não se parecem em nada com os suecos) invadiam o espaço da Federação dos Planetas Unidos (150 planetas distribuídos em um raio de 8000 anos-luz). Seis anos antes o capitão havia sido assimilado por estes seres, cujo único objetivo parece ser a conquista e assimilação de mundos, absorvendo assim suas culturas, buscando constantemente a perfeição. Jean-Luc fora resgatado pelos seus amigos e, embora tivesse passado por um processo de descondicionamento, ainda podia ouvir as vozes do Borg.

Os borgs são criaturas cibernéticas (metade orgânicos - metade eletrônicos), cuja característica principal era o fato de se adaptarem a qualquer tipo de ambiente e cultura. Isto os torna praticamente invencíveis, pois passavam a compreender a cultura a ser assimilada antecipando e aniquilando qualquer forma de resistência. O mais impressionante, no entanto, é que na verdade não existem borgs. Há o Borg, "aquele que é muitos" - como disse ao cyborg Data, oficial da *Enterprise*, quando este estava a ponto de ser assimilado. Não há indivíduos, apenas o coletivo. O Borg é uma consciência coletiva. Não há um líder ou um liderado. Apenas aquele que traz "ordem ao caos".

Retome-se a história: o Borg invade o espaço da Federação e avança para a Terra. A frota estelar oferece brava resistência em uma belíssima batalha espacial e, sob a liderança de Jean-Luc Picard, destrói o corpo principal da gigantesca nave Borg, da qual, no entanto, se desprende uma esfera central que continua seu avanço em direção à Terra. Surpreendentemente o Borg cria um vórtice temporal e volta ao passado para eliminar a resistência humana, assimilar a Terra e mudar a história.

E volta a um momento estratégico no passado: século XXI, dez anos após a Terceira Guerra Mundial, quando não há, aparentemente, possibilidade de defesa. Poucos governos haviam subsistido, 600 milhões de mortos. Mas o Borg retorna à uma data específica: 04 de abril de 2063, véspera do **Primeiro Contato** da humanidade com vida extraterrestre, que marcaria o início de um novo mundo. É este encontro que o Borg pretende evitar. Para isto ataca um hangar de mísseis em Montana (USA), no qual se encontrava a nave *Fênix* (antigo míssil nuclear), construída pelo Dr. Zefram Cochrane. O objetivo Borg é impedir a *Fênix* de realizar o vôo

no dia seguinte, uma vez que este atrairia a atenção dos vulcanos que realizavam viagem de pesquisa, mas que não prestam atenção ao planeta Terra até então pois este era, em seu entender, muito primitivo. O Dr. Zefram havia desenvolvido uma teoria que permitiria a construção de naves capazes de viajar mais rápido que a velocidade da luz: é a invenção do fator de dobra espacial que atrairia os vulcanos.

Mas *Enterprise*, que o persegue através do vórtice, destrói completamente sua nave. Como o Borg havia danificado a *Fênix*, o capitão Picard e sua tripulação descem à Terra para recuperá-la e prepará-la para o vôo do dia 05 de abril. Neste ínterim o Borg havia teleportado-se à *Enterprise* e tentava assimilá-la para conquista a Terra. Assim, Jean-Luc Picard tem duas frentes de batalha: na Terra, a recuperação da *Fênix*; no céu, a defesa da *Enterprise*. Evidentemente a equipe da Federação é vencedora e o Borg é destruído nos momentos finais, quando a *Fênix* já está no espaço realizando sua viagem inicial. Logo após seu retorno uma imensa nave pouso próximo ao hangar de Montana e dela desembarca um ser extraterrestre que deseja conhecer o inventor da dobra espacial. "Vida longa e Prosperidade!" É a saudação dos pacíficos vulcanos que o Dr. Zefram Cochrane ouve quando se aproxima. Uma nova era se inicia para a humanidade, na qual a fome, a miséria, a opressão seriam eliminadas e ser realizariam os ideais de liberdade e de desenvolvimento social.

Este filme apresenta várias questões interessantes aos historiadores e cientistas sociais de modo geral, tanto pelas suas imagens como pelo seu conteúdo ficcional.

A estrutura narrativa é circular - como em **O Exterminador do Futuro** : se o Borg vencer a *Fênix* não realiza seu vôo e conseqüentemente não haverá uma Federação de Planetas Unidos, quem dirá uma *Enterprise*. Por outro lado, se a *Enterprise* não salvar a *Fênix* não haverá o primeiro contato. Há assim uma idéia de História que é, ao mesmo tempo, cíclica e fatalista. O espectador sabe de antemão que os heróis vão vencer pois senão não haveria uma *Enterprise* que pudesse lutar para assegurar a existência do passado e do futuro.

Mas lutar contra o que? Contra o Borg que ameaça a Federação. Mas que ameaça é esta? A extinção de uma civilização, cujos membros têm como objetivo o aperfeiçoamento constante e não mais a acumulação de riquezas. Ora, mas este é o objetivo do Borg: assimilar para atingir a perfeição. Na versão do Borg a perfeição constituir-se-ia na superação do caos

representado pela vontade individual; pela superação da imperfeição de um mundo que se sustenta no insolúvel conflito entre o indivíduo e a sociedade.

O Borg suprimiu a individualidade em função do coletivo: *ele é aquele que é muitos*. Assim, os humanos e o Borg procuram atingir o mesmo objetivo que é a perfeição por caminhos distintos: uns pela supressão da individualidade e os outros pela constante busca do equilíbrio entre a vontade individual e a vontade social. No plano do contato com o *outro exterior* - o Borg assume uma postura de assimilação e subordinação: os humanos buscam a integração: vulcanos, klingons, cardassianos e outros compõem uma Federação, cuja diretriz primeira é a "não interferência nos problemas alheios sem um consentimento mútuo das partes envolvidas". A concepção Borg é orgânica (a sociedade tem o *corpo* como imagem) e coletivista; a concepção federada é individualista e integracionista.

Para o Borg não há possibilidade de comunicação, visto que os federados são culturalmente inferiores. O Borg diz a Picard: "Você pensa em termos tão tridimensionais! Como pode se reduzir a isto? Não faz idéia da vida que recusou para si." Exatamente o que Colombo pensava dos índios no século XVI. Nos seus diários afirmava: "Vamos mandar alguns índios para a Espanha para que aprendam a falar." Para os humanos a comunicação não-violenta não é apenas uma idéia abstrata, mas sim a política da Federação.

Não há como não ver neste esquema a oposição entre democracia e totalitarismo⁴ e nem mesmo como não tomar partido na questão: sob qualquer ponto de vista é desejável uma sociedade reconheça a autonomia de seus membros, (mesmo que sob pena de uma certa desordem e imperfeição) à uma outra que procure aniquilar a individualidade. Indubitavelmente há uma *superioridade ética* da primeira em relação à segunda. O Borg, o Fuher ou o Líder são personagens ficcionais e reais que se equivalem.

Visualmente o filme é tremendamente tradicional. A *Enterprise* é moderna, bela, clara. Os homens e mulheres são sensíveis, agradáveis, inteligentes, criativos, bonitos. Não fossem seus corpos mortais, sua vida limitada e diríamos que são quase *deuses*. Tudo é ideal.

Por outro lado os borgs (os elementos da consciência coletiva) são criaturas horríveis - seu

visual lembra os *aliens* (do filme *O Oitavo Passageiro*). Sua nave é escura. Vivem em uma atmosfera incompatível com a vida humana e das outras raças que fazem parte da Federação. (Na *Enterprise* todas as raças vivem em um mesmo ambiente - em termos de atmosfera, temperatura, luminosidade). Recorde-se os filmes do período da guerra fria e verificar-se-á o mesmo esquema - sem, evidentemente, a mesma sofisticação tecnológica. Os cenários que representavam os alemães ou soviéticos (dependendo da época) são escuros, feios e pobres, os homens e mulheres apresentam sempre uma expressão facial carrancuda e perversa, em oposição à cultura ocidental sofisticada e *clean*.

No século XXIV não há conflitos na Terra. A ameaça vem do espaço exterior - para além das fronteiras conhecidas. Um lembrete de que nunca se está seguro: o totalitarismo emerge de onde menos se espera, mas o inimigo é exterior, *um invasor*. Esta representação de uma cultura ideal sob ameaça não é, também muito tradicional? Não é a mesma leitura que os partidários da tese do Bom-Selvagem fazem dos índios americanos sob a conquista espanhola? Sociedades ideais, o *paraíso terrestre* na visão de Bartolomé de Las Casas, destruídas pelos invasores espanhóis?

No próximo Boletim continuaremos a nossa análise

NOTAS : Agradeço a leitura crítica e as sugestões do Prof. Claudiomar dos Reis Gonçalves. DH-UEL.
Primeiro contato - filme de Jornada nas Estrelas - A nova geração, EUA, 1996. Lançado no Brasil em 1997, já existe versão em vídeo.



CRIATIVIDADE EM HISTÓRIA I

Prof. Dr. André Luiz Joanilho

Prof. de História Contemporânea/Uel

e-mail: alj@npd.uel.br

<http://www.uel.br/uel/clch/historia/docentes/andre/index.html>

Você se lembra daquela aula no ginásio, a de matemática? Nossa como era chata. E a de português, então? Insuportável. E a de História? Você se perguntava: "De onde saiu aquela múmia? Não importa qual matéria. Tivemos, com certeza, muitas aulas chatas. Aliás, estar na escola era o "fim da picada". Lembra? Mas tínhamos uns bons momentos: quando estávamos com os amigos na hora do lanche; na

⁴ Para uma análise do conceito e do fenômeno ver, por exemplo: LEFORT, Claude. *A invenção democrática*. São Paulo: Brasiliense, 1983. TODOROV, Tzvetan. *Em face do extremo*. Campinas: Papyrus, 1995.

porta da escola; no banheiro, falando bobagens e rindo dos professores e aulas chatas. E agora, o que somos? Esquecemos que fomos adolescentes, risonhos e portávamos todos os sonhos deste mundo?

Queríamos muito, mas a escola nos oferecia pouco. Por quê? Voltemos um pouco mais no tempo, na nossa infância: você se lembra do relógio que desmontou? Daquela boneca que arrancou os braços, as pernas e a operou? Hoje, dizemos para nós: “coisas de criança traquinas”. Mas o que nos movia? Curiosidade. Queríamos ver como funcionava o relógio, o que tinha dentro da boneca, enfim, como eram as coisas. O nosso mundo era quase que totalmente movido pela curiosidade. Infundáveis perguntas aos nossos pais que, no entanto, seguindo a velha pedagogia, reprimiam essa curiosidade: “não mexa aí! Não quebre as coisas! Olha só o que você fez com o relógio do vovô? Isso é dessa forma porque é assim! Etc.” Onde nossos pais aprenderam a reprimir essa curiosidade?

Enfim fomos para a escola. E lá nos ensinaram a não ser curiosos. Não devíamos fazer perguntas erradas. Não devíamos mexer onde não podia. Não podíamos correr e inventar uma brincadeira. Os nossos pais aprenderam a reprimir, porque na escola foi dito que é o certo e o que é errado. Nela desaprendemos a ser curiosos. Devíamos e devemos esperar que as respostas venham conforme o próprio processo de aprendizado coloque as suas perguntas. Não perguntávamos mais aleatoriamente: medo da repreensão do professor e do riso zombeteiro dos colegas, que não perdiam uma chance de rir de alguém - e nós também -, isto é, medo da vergonha e da inferioridade intelectual.

Formamo-nos, e claro, após 16, 17 anos de escola achamos que determinados procedimentos são os corretos para “conhecer” as coisas do mundo. Um desses procedimentos é aceitar o que o conhecimento escolarizado diz como conhecer, isto é, elimina-se a curiosidade como “mola” deste processo. Ora, uma grave consequência disso é tirar do horizonte dos indivíduos a criatividade na investigação, na aprendizagem.

Perdemos oportunidades ao aceitarmos “fórmulas”. Em vários livros e mesmo na proposta de ensino do Paraná (que não lhe é exclusivo), por exemplo, vem escrito que a História “permite a reflexão crítica sobre a realidade” ou coisa que o valha. Mas, o que significa exatamente isto? Qual é a extensão do termo “realidade”? Sem nenhuma reflexão crítica, aceitamos textos, livros, brochuras, sugestões que tenham como extensão a tal da reflexão crítica, ou seja, o

ensino de História tem essa função porque tem. Alguém teve a curiosidade de verificar a validade de tal fórmula? O que ela implica?

Continuaremos no próximo número.



BRASIL: 500 ANOS? BRASIL?

Prof. Luis Fernando Cerri

Universidade Estadual de Ponta Grossa - PR

e-mail: lfcerry@uepg.uepg.br

Venho há algum tempo defendendo que o debate sobre o ensino de história precisa ampliar-se cada vez mais, transbordando da escola para as ruas e as casas: nelas, também a história é ensinada, e talvez nelas a eficiência das mensagens seja igual ou maior que as da história na escola. O exemplo mais pungente hoje é a campanha Brasil 500 anos, que prevê 3 anos de comemorações televisivas, esportivas e por encontros de massa.

É interessante notar como a Globo tornou-se, de fato, com a campanha Brasil 500 anos, a verdadeira organizadora do Brasil : é um novo Estado, eleito pela audiência (que, diga-se de passagem, já não é mais a mesma). Oculta o seu caráter de empresa privada, mas é uma indústria de entretenimento que toma para si o direito e o dever de comemorar o Brasil, aproveitando para informar a ele o que ele é. Por não ser, de fato, um empreendimento público, é uma festa particular: apesar do “hoje a festa é sua, hoje a festa é nossa, é de quem quiser, quem vier” (letra do tema musical das vinhetas que tratam a Globo como “um caso de amor pelo Brasil”), não são todos os convidados. Não vão entrar as outras emissoras e artistas a elas ligados. Destoantes culturais da Globo e da sua estética também não são bem-vindos. Questionadores político - culturais do padrão “dendê” na música (representado por Gil, Caetano & Cia., conectados às Globo pelo “painho” ACM, dono da subsidiária da Globo na Bahia) estão fora. Sem - terras, a não ser que sejam bonitinhos e posem para a Playboy, vão encontrar a porta fechada.

Se a Globo é nosso novo Estado, atuando nos vácuos e em consonância com o Estado oficial, é um Estado perverso: arrecada, apenas, não investe; os deveres do cidadão da Globo são interessantes: assistir os programas, participar

dos shows enquanto mobilização popular imaginária, por exemplo, para consertar a educação até o ano 2.000. Não há necessidade que as metas realmente sejam atingidas, afinal a mobilização não é concreta, é virtual, os compromissos são apenas os de cada indivíduo com o emocionalismo: basta tão somente que as pessoas produzam algumas belas experiências isoladas (muitas já existentes sem o apelo global) em educação, para mostrar no último bloco do Jornal Nacional e permitir que o apresentador possa fazer uma cara de “é isso aí, pessoal!”, e dizer “boa noite”. “Mostrar o Brasil ao Brasil”; “Traçar rota de progresso que passe pela educação”; “Fazer o povo se apaixonar novamente pelo nosso hino” são algumas falas dos planejadores desta festa.

Novamente, o “Brasil” vira um índice de indeterminação do sujeito, sendo que só alguns comemorarão o país de todos (bom, pelo menos que é um direito de todos). É o “congratamento nacional” parcial, delimitado, em sintonia com apenas uma fala num Brasil polifônico. Será apenas matéria prima dessa indústria que produz o entretenimento que consumimos: será uma comemoração “produto industrial”, com entrada paga e lucro certo para os patrões da telinha.

Ninguém pode negar a competência que a emissora tem em capitalizar o nacionalismo brasileiro. Com uma abordagem emocional e cronometrada (tudo já está planejado e com data certa para ocorrer) fica impossível arranjar espaço para a crítica, e o amor ao país que se admite é apenas o amor cego, sem possibilidade de levantarmos o véu de obscuridade que nos envolve.

O Brasil faz 500 anos? Afirmá-lo é admitir que o período colonial portava a nação como potência, como destino, como se nenhuma outra possibilidade alternativa de organização de corpos políticos fosse possível, como se não houvesse a possibilidade do Nordeste ter permanecido sob a influência holandesa, como se não fossem possíveis enclaves negros como os quilombos, como se não se cogitasse a possibilidade da Bahia permanecer fiel a Portugal, como se não fosse viável que a colônia permanecesse sob o domínio da coroa da Espanha após 1640, enfim, como se o feixe de possibilidades que é a história estivesse resumido a uma só fatalidade: tornar-se “Brasil”. Isto, sabemo-lo os profissionais de história, é chamado de anacronismo, ou seja, o erro no método historiográfico que consiste em considerar e explicar o passado a partir do presente, na perda completa da dimensão da historicidade do período que é estudado. Mas

situar o próprio discurso fora do tempo é uma característica básica do discurso ideológico.

O Brasil é personalizado, como se fosse um indivíduo coletivo, e para ele prepara-se essa festa de aniversário. Mas qual o significado desses 500 anos para os indígenas, que viram seus antepassados e parentes dizimados pela “civilização ocidental”, muitos dos quais nunca ouviram falar em Brasil? O que significam para os negros, trazidos à força, espoliados e tratados com preconceito racial e falta de oportunidades? O que significa o Brasil para os marginalizados, para quem a pátria oferece a mão fechada da privação de direitos? Para os operários, para os velhos, para os sem-terra, para os bóias-frias, para os menores de rua, o que significa uma festa do corpo político que não é mãe, nem gentil? E vamos comemorar o Brasil como se nossa história e nossa situação atual nada significasse, com osse fôssemos todos irmanados pela condição nacional, apesar das diversidades...

No ano 2000 teremos festa, isso é certo. Cabe a nós decidir se é só isso que queremos fazer, ou se podemos construir em cada escola, em cada universidade, onde for possível, uma reflexão sobre o que realmente é ser brasileiro. Nada contra a festa, podemos fazê-la, mas não com o sentido que o projeto Brasil 500 anos quer impor: não dá para festejar em cima da marginalização e da injustiça. Talvez possamos festejar, quem sabe, nossa disposição de mudar, nossas utopias resgatadas e reformuladas.



ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO DO HISTORIADOR NA PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO-AMBIENTAL.

Prof. Dr. Jozimar Paes de Almeida

Professor de Teoria da História/UEL
Assessor em assuntos de patrimônio histórico-ambientais.
e-mail: jozimar@sercomtel.com.br

Pretendemos nesta rápida abordagem, apresentar algumas estratégias possíveis que podem ser utilizadas pelo historiador ao realizar uma atividade de diagnóstico e planejamento de preservação do patrimônio histórico-ambiental.

Para um aprofundamento da temática seria necessário a realização de uma orientação mais intensiva, procurando fundamentar múltiplos aspectos que se abrem neste trabalho, no entanto, estas orientações preliminares

apresentam um eixo norteador que possibilitam um início de atividades.

Apresentadas estas considerações iniciais, mãos à obra.

A realização de um trabalho que pretenda diagnosticar as condições do patrimônio municipal, perpassa necessariamente considerações sobre a definição e constituição do que se entende por patrimônio e o mesmo possui em essência uma compreensão transdisciplinar, isto é, envolve várias disciplinas do conhecimento científico.

Utilizando-se inicialmente da definição proposta pela Constituição Federal de 1988, podemos estabelecer parâmetros que fundamentem nossa atuação.

Art. 216: Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

- I - as formas de expressão;
- II - os modos de criar, fazer e viver;
- III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
- IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
- V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

P# 1^o O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.

P# 3^o A lei estabelecerá incentivos para a produção e o conhecimento de bens e valores culturais.

Parágrafo 4^o Os danos e ameaças ao patrimônio cultural serão punidos na forma da lei.

Nota-se que o conceito de patrimônio envolve uma imensa dimensão, desde o subsolo até as nuvens e percorrendo o trajeto do entendimento do mesmo se constituir numa representação da memória coletiva.

Pode-se concluir que, patrimônio se refere a todos os elementos materiais e imateriais, decorrentes de uma produção cultural representante da experiência histórica acumulada por uma determinada sociedade.

Ressalte-se que, mesmo em municípios considerados como recentes em termos de constituição legal, possuem memória histórica e devemos utilizar de estratégias perspicazes para efetuar a sua reconstituição para que possamos compreendermos a sua formação geológica, ambiental e os indícios dos signos humanos impressos no espaço físico, na matéria e na cultura dos povos considerados nativos e de segmentos estrangeiros: europeus, africanos, asiáticos.

Um dos fatores mais preocupantes e justificadores de um diagnóstico do patrimônio histórico-ambiental, advém da velocidade avassaladora com que a colonização do chamado período moderno se instala na região, devastando o selvagem, antigo progressivamente pelo **civilizado, novo**.

Temos que ter o cuidado de ponderar sobre esse processo, no sentido de não se realizar uma reflexão dicotômica, simplista e maniqueísta. Não se trata aqui de idolatrar nenhum destes fatores, mas sim, de caracterizar as lutas contidas no processo, para se recuperar e preservar as experiências humanas de importância crucial para a constituição da memória coletiva, como instrumento desmistificador de ídolos, para o estabelecimento da cidadania em uma sociedade que postula ser democrática.

Para efeito de exemplificar o processo desenfreado de destruição no Estado, quanto ao patrimônio ambiental veja a citação em sequência de Soares e Silva, L.H. em sua dissertação de mestrado, 1990:

"A devastação das florestas no Estado do Paraná e, em particular na região norte, ocorreu, como em geral, de maneira abrupta e inconseqüente. De uma situação privilegiada de 83.4% de área coberta por florestas nativas, no início do século, passou em 1975/76 à taxa de 8,5%, chegando ao final dos anos 80, a índices extremamente críticos de 1% a 2%; ao norte do paralelo, 24^o e, a oeste do meridiano, 52^o" (Fitossociologia arbórea da porção Norte do Parque Estadual Mata do Godoy, Londrina, Pr, p.01)

Ao detectarmos uma compreensão conceitual do patrimônio estabelecemos um desdobramento de objetivos para atuarmos em nossos municípios:

1) Primário: Realizar um levantamento global do patrimônio histórico-ambiental do município.

2) Secundários:

2.1) Localizar no município o patrimônio histórico-ambiental, estabelecendo as suas localizações em um mapa.

2.2) Detectar as condições em que se encontram.

2.3) Intervenção ordenada para preservá-lo, com elaboração de subprojetos específicos para tal atividade, em comum acordo com os órgãos governamentais responsáveis pela abrangência do problema.

3) Estabelecer as características da ocupação da região em que o município está inserido.

3.1) Apresentar dados (econômicos, sociais, geográficos, antropológicos, arquitetônicos, ambientais e históricos) sobre a localidade.

Fundamentar a preocupação em relação a uma política cultural pública municipal à ser adotada quanto aos aspectos do patrimônio.



FIQUE POR DENTRO

RESENHA : AQUINO, Júlio Groppa (org.) *Indisciplina na escola: alternativas teóricas e práticas*. São Paulo: Summus, 1996.

COMO ADMINISTRAR E OU INTERPRETAR O ATO INDISCIPLINADO NO COTIDIANO DAS ESCOLAS BRASILEIRAS ?

Prof^a. Ana Heloísa Molina
Prof^a de Met.e Prática de Ensino de História

Não, não há necessidade do professor realizar um curso de defesa pessoal ou de recorrer a técnicas psicológicas históricas de encenação em sala de aula.

Frente à crescente perplexidade e desorientação quanto às atitudes e comportamentos a serem adotados em meio ao caos em que se defrontam cotidianamente professores, alunos e indisciplina (trinônimo, no mínimo indigesto), eis que surge uma coletânea de textos que se propõe a debater tal temática.

Contando com dez textos redigidos por psicólogos, psicanalistas, sociólogos, filósofos e pedagogos, oferecem não somente uma abordagem de múltiplos olhares, mas propõem soluções, senão alternativas, pelos menos, norteadoras para uma discussão em comum: como restabelecer uma nova ordem na relação professor/ escola/educação/conhecimen-to/aluno ?

As diferentes análises realizadas por estes profissionais acerca da indisciplina escolar, nem sempre coincidentes, proporcionam ao final, uma

reflexão sobre os papéis a serem desempenhados pela escola e seus atores, colocando ao leitor, a responsabilidade de re-ler, re-interpretar e repensar seu espaço de ação, seja quanto à escola, seja quanto às relações familiares e sociais.

Exemplares as considerações tecidas por Yves de La Taille em "A indisciplina e o sentimento de vergonha" em que discorre e discute as indagações presentes a todos os professores ao adentrarem em uma sala de aula: "a indisciplina em sala de aula seria decorrência da falta de valores de nosso tempo. Porém, falta de quais valores? ,qual o reducionismo psicológico dado ao tema, e a ambigüidade do mesmo, ou seja, de fato, o que é disciplina? O que é sua negação, indisciplina?" (p.9-10).

Outro artigo instigador "Indisciplina e violência: a ambigüidade dos conflitos na escola" de Áurea M. Guimarães, nos coloca frente aos diversos confrontos no interior do território escolar, suas leis, negociações, adaptações e dissidências de sua coletividade. "Como encontrarmos um equilíbrio entre os interesses dos alunos e as exigências da instituição? É preciso deixar de acreditar que paz signifique ausência de todo conflito" (p.81)

Este é somente um aperitivo. Os demais ensaios, também "efervescentes", inter-relacionam o tema via abordagens foucaultiana, piagetiana, vygotskiana, pela ótica ética e sentido de moralidade.

Tal leitura é indispensável ao professor que procura entender, interpretar e enfrentar concretamente uma figura sutil, perturbadora e inquietante: a indisciplina.



CARTAS DOS PROFESSORES

"São João do Ivai, 20 de novembro de 1997

Há pouco tempo tomei conhecimento do "Boletim Informativo do Laboratório (...) e confesso ter apreciado seu conteúdo.

(...)

Ao escrever meu objetivo é que me orientem, com sugestões e idéias inovadoras para despertar nos alunos um interesse maior em relação à História.

Francismery Bueno Mendes

* _ * _ *

"Toledo, 19 de maio de 1998

Sou professor de história da rede pública estadual do Paraná na cidade de Toledo e por meio do estabelecimento de ensino no qual oriento minhas aulas, tive acesso ao Boletim Informativo do Laboratório (...) que demonstrou-se como um informativo abrangente e atual, visualizando temas e/ou abordagens de cunho pedagógico que viabilizam o trabalho cotidiano.

Prof. Reginaldo Aparecido dos Santos



ATENÇÃO

Professores cadastrados do Núcleo Regional de Londrina, favor atualizarem seus endereços entrando em contato com o Laboratório, pelo telefone ou enviando correspondência. A atualização é fundamental para receberem o nº 04 da revista HISTÓRIA & ENSINO no segundo semestre.



Professores, os cartazes da coleção **“A história não é uma rua de mão única”** : Memória e História de Londrina e Roma Antiga continuam a disposição no Laboratório. Para emprestá-los basta entrar em contato com o Laboratório, pelo telefone 371-4186.

LABORATÓRIO DE ENSINO DE HISTÓRIA

Ana Heloisa Molina
André Luiz Joanilho
Claudiomar dos Reis Gonçalves
Francisco César Ferraz
Gilmar Arruda
Jozimar Paes de Almeida,
Marlene R. Cainelli (Coordenadora)
William Reis Meirelles
estagiarias : Marilyn Belloni Laureano e Kátia Regina Ines

ENDEREÇO DO LABORATÓRIO DE ENSINO DE HISTÓRIA/UEL

Departamento de História/ Campus Universitário.
cx. postal 6001.
c.e.p. 86051.970. Londrina -PR.
fone- 043-371-4186 - fax - 043-371-4408
e-mail: labhis@ npd.uel.br

O Boletim Informativo é uma publicação trimestral mantida pelo Laboratório de Ensino de História. As opiniões expressas nos artigos assinados são de exclusiva responsabilidade dos autores.

Tiragem: 3.000 exemplares
Impressão: Gráfica da UEL